

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**Transformação social através da educação básica e articulada:
Estudo de caso Colégio SESI/PR.**

Curitiba, 2012

ARIANE BRUNETTI DE JESUS

**Transformação social através da educação básica e articulada:
Estudo de caso Colégio SESI/PR.**

Trabalho acadêmico apresentado como
requisito à obtenção da Pós Graduação do curso de
Especialização em Desenvolvimento Econômico da
Universidade Federal do Paraná.

Professor Doutor Armando Sampaio.

Curitiba, 2012

SUMÁRIO

RESUMO	04
ABSTRACT	05
INTRODUÇÃO	06
1. A ECONOMIA DA EDUCAÇÃO	08
2. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	13
3. EDUCAÇÃO NO BRASIL	15
4. COLÉGIO SESI	22
5. CONCLUSÃO	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

RESUMO

Este artigo preocupa-se com uma faceta particular em apresentar a teoria da educação e as suas vertentes: capital social e humano, ou seja, as duas linhas de pesquisa em economia da educação. Apresentam-se os comentários de diversos teóricos econômicos sobre as suas expectativas e conclusões sobre a economia da educação. Argumenta-se também, com considerações apreciativas, como a educação é de fundamental importância para que ocorra uma transformação social, ou seja, igualdade entre os indivíduos e, como consequência, a própria possibilidade de crescimento econômico da nação. Outra questão comentada no artigo refere-se à dependência das instituições sobre o capital humano, ou seja, percebe-se que há necessidade deste capital para que as empresas possam concorrer no mercado inovador e altamente persuasivo em âmbito internacional.

O capital humano determina desenvolvimento pessoal em longo prazo, mas em um futuro próximo, a contrapartida retorna para o investidor em formato de melhores salários, qualidade de vida e perspectivas visionárias. Com o resultado do IDEB, pode-se questionar como anda a educação básica no Brasil? Neste artigo, com foco principalmente no Estado do Paraná é demonstrada a classificação do Estado no IDEB realizado em 2011, e percebe-se uma queda no rendimento das instituições de ensino, principalmente em âmbito público. A falta de investimento na infraestrutura e principalmente a rotatividade dos docentes perturbam a melhoria do desempenho das escolas do Estado. As políticas educacionais do Paraná devem ser revistas.

Este artigo possui uma análise feita através dos índices apresentados do ensino básico – médio, pois ele é o fundamentador para as escolhas profissionais dos indivíduos e também na sequência do artigo é apresentado o colégio SESI Paraná que há 07 anos desenvolve melhorias para o ensino médio, propondo metodologia diferenciada, inovadora e profissionalizante, focando nos futuros profissionais industriários. E para finalizar, conclui-se energicamente que haja uma política com efeitos positivos e duradouros sobre educação para daí sim poder garantir uma transformação social no Estado do Paraná, através da educação.

Palavras Chaves: Economia da Educação; IDEB; Ensino Médio Inovador.

ABSTRACT

This article is concerned with a particular aspect in presenting the theory of education and its aspects: social and human capital, the two lines of research in the economics of education. Presents the comments of various economic theorists about their expectations and conclusions on the economics of education. It is also argued, with considerations appreciative, as education is of fundamental importance for a social transformation to occur, in other words, equality between individuals and, as a consequence, the very possibility of economic growth of the nation. Another issue discussed in Article refers to the dependence of institutions on human capital; one realizes that there is a need for this capital that companies can compete in the market innovative and highly persuasive internationally.

Human capital determines personal development in the long term, but in the near future, the hand returns to the investor in the form of higher wages, quality of life and visionary perspectives. With the result of IDEB, one might question how is basic education in Brazil? In this article, focusing mainly in the state of Paraná is demonstrated on the classification of state IDEB held in 2011, and one senses a drop in income of educational institutions, primarily at the public. The lack of investment in infrastructure and especially the turnover of teachers disturb the performance improvement of state schools. Educational policies should be reviewed Paraná.

This article has an analysis presented by the indexes of basic education - school, because it is foundational to the career choices of individuals and also in the wake of the article is presented the college SESI Paraná there 07 years develops improvements to the school, proposing different methodology, innovative and professional, focusing on future professionals industrialists. And finally, it is concluded that there is a policy strongly with positive and lasting effects on education rather than being able to guarantee a social transformation in the state of Paraná, through education.

Key Words: Economics of Education; IDEB; Innovative School.

INTRODUÇÃO

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”.
(Paulo Freire)

O desenvolvimento econômico e social ocorre principalmente quando todos os benefícios concedidos pelo governo são repassados a população, no sentido de atendimento a saúde de boa qualidade, educação básica e de qualidade para o melhor desempenho dos estudantes, inserção de tecnologia de ponta para atendimento das indústrias do país e principalmente distribuição justa de emprego e renda.

A educação como mencionado possui um papel estratégico para complementar o progresso do país. Uma política educacional eficiente possibilita a inserção de jovens e adultos em instituições de ensino de qualidade, gerando, em médios e longos prazos, profissionais com capital humano e social imprescindível para a dinamização e contribuição do desenvolvimento socioeconômico de uma nação.

Como dito por Paulo Freire¹, “*Ensinar não é transferir conhecimento, mais criar possibilidades para a sua produção ou sua construção*”, ensinar e educar são dois verbos com grande potencia e quando em ação oportunizam condições para prosperar quanto ser humano, como profissional e como representante de uma nação em qualquer modalidade (presidente, contribuinte, esportista, etc.).

Este artigo apresentará questões teóricas sobre a economia da educação sob visão e citações de autores especialistas nesta área. O objetivo do capítulo 01 – a Economia da Educação - é principalmente a introdução dela e seu poder de influenciar positivamente no progresso de uma localidade e inclusive de uma nação, possibilitando o bem estar social para toda a sua população. Também, inserem-se o conceito de capital humano e capital social, as principais vertentes da economia da educação.

Ainda em formato teórico, será abordado de forma sucinta e apreciativa o papel da ~~educação para a transformação~~ social, considerando também o desenvolvimento econômico através da liberdade do uso de benefícios obrigatórios a sociedade. Neste capítulo (2º), o autor Amartya Sen é bastante apontado considerando a questão da liberdade para que haja o desenvolvimento, liberdade esta que é deve ser atendida pelo governo, atendendo as necessidades essenciais da população, como já informado (educação, saúde, condições de sobrevivência – saneamento básico, etc.). Neste mérito, a abordagem sugere a igualdade

¹ Paulo Reglus Neves Freire (Recife, 19 de setembro de 1921 — São Paulo, 2 de maio de 1997) foi um educador e filósofo brasileiro. É Patrono da Educação Brasileira.

social que a educação favorece aos indivíduos.

No terceiro capítulo, a intenção é comentar sobre a economia da educação no Brasil, bem como demonstrar o Estado do Paraná e sua evolução e desempenho na educação tanto pública como privada. Continuando com a explanação, no capítulo seguinte, apresentar-se-á o Colégio SESI no Estado do Paraná e a sua estrutura, mostrando a metodologia inovadora do Colégio e como ela propicia o melhor aproveitamento da competência humana. Criado pelo SESI com a intenção de formar líderes com responsabilidade social e ambiental, com alto nível de negociação, respeitosos e comprometidos com a diversidade cultural e preparados para trabalhar em equipes de qualidade, levando-os a serem profissionais empreendedores, criativos, éticos e inovadores e, assim, encarar e vencer os desafios da vida.

E, para finalizar o artigo, é apresentada a conclusão no qual subintende a ideologia existente na economia da educação e a quão falha são as políticas educacionais para melhoria e qualificação dos jovens alunos e no transcorrer do desenvolvimento pessoal.

1. A ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

Esta economia, estudada, principalmente com início nos últimos 30 anos do século XIX e continuidade no século XX, propõe ampliar as questões meramente vistas pela sociedade, tais como: investimento ou custeio do ensino, ou seja, demonstrar que o objetivo central da Economia da Educação é apresentar à sociedade todos os aspectos que da potencialidade a educação para o desenvolvimento econômico e social de um país, bem como e, de grande influência, a oportunidade de gerar capital humano e capital social.

A primeira proposta desta economia foi no debate direto e intenso sobre o papel do ensino público, subjugando as ações governamentais e dos diversos grupos políticos como o responsável pela distribuição de escolas e ensino de qualidade com incentivos a população. O ser humano vive de comparações, se analisarem as estruturas educacionais dos países europeus e dos norte americanos, percebe-se o incentivo para o ensino público do país, e daí entende-se o porquê lá se “criam” mais engenheiros e cientistas. Isto condiz com investimento direto e governamental na educação.

A educação é vista como alavanca para angariar um bom emprego ou receber mais pelo seu conhecimento, ou seja, o indivíduo ao obter mais educação propicia um investimento em sua própria capacidade futura de ganhar maiores percentuais de renda. Podemos chamar esta ação de efeito multiplicador. Ou seja, a educação contribui para acesso dos indivíduos a patamares superiores de educação (grau: mestre, doutor, Ph.D.) e para o crescimento econômico do país. Isto, contudo, possibilita de forma precisa intercâmbios culturais, morais, e de conhecimento em âmbito nacional e internacional.

De acordo com BLAUG (1975), “*a economia da educação é uma indústria bebê*”, pois há, ainda, muitas divergências de ideias e ideais respectivos a esta área, especialmente sobre as políticas educacionais e da importância dos diversos achados da educação movimentados até os dias hoje. Para Blaug, é válido demonstrar o valor econômico da educação e a contribuição desta para o crescimento econômico.

Através da citação abaixo do autor, verifica-se a contradição existente entre os ideais educacionais e a realidade da educação/ensino abordados. Percebe-se que a principal falha corriqueira nos planejamentos públicos educacionais deve-se pela falta de priorização de harmonias dos elementos de ensino que possibilitam perspectivas de uma boa educação e melhores esclarecimentos sobre o próprio valor do ensino, ou seja, o incentivo da educação existe, mas com um olhar fechado às oportunidades que o ensino pode trazer para o indivíduo.

Investigar o valor econômico da educação não é, porém, reivindicar prioridade para os objetivos econômicos ou aprovar os objetivos vocacionais da educação; ou seja, para estudantes e pais, possuem um olhar para as oportunidades de empregos abertas pelas sucessivas qualificações educacionais, e as autoridades sobre educação, no mundo inteiro estão convencidas de que o crescimento econômico pode ser acelerado pelo incentivo que se der pela educação (BLAUG, 1975, pág. XVIII).

De forma sucinta, é interessante apresentar as principais ideias dos economistas desde 1776, com as citações de Adam Smith entre outros sobre o tema educação. Desde as teorias advindas da escola clássica da economia identifica-se a maior adesão e positivismo dos economistas para o estudo da Economia da Educação, de acordo com Pinho (1976), os primeiros envolvimento dos economistas nesta área apresentam a ideia de que a educação é a consciência de hábitos prudentes e autoperfeição dos indivíduos. Adam Smith apud Pinho (1976) diz que a prioridade desta economia é movimentar as bases de ensino, para torna-lo mais competente e competitivo, da mesma forma que preconizava o *“laissez-faire, laissez-passer”* para o liberalismo econômico. Outra citação interessante e comentada por Pinho foi do economista Stuart Mill, seguidor de Alfred Marshall, diz que *“a educação é daquelas coisas que, em princípio, se pode admitir que o governo proporcionasse ao povo”*. Este comentário é relevante para maior entendimento das ações do governo hoje em dia. Governo que investe na educação possui maior desenvolvimento e potencia perante as demais economias.

Continuando com Pinho, Marshall e Mill mencionado pelo autor acreditam que a educação esta envolvida diretamente com as necessidades da força trabalho. A educação técnica, ou aquela profissionalizante, é a defesa tanto para as classes trabalhadoras como para as classes médias. Pinho afirma que os economistas creem que a *“educação é o recurso mais valioso que se investe nos seres humanos”*.

Outra opinião interessante para o estudo da economia da educação é do grande economista Karl Marx, que devido a sua preocupação com a classe do proletariado, expressou seus apontamentos de forma aplicada a este grupo. Marx apud Pinho (1976) observa que a educação, mal planejada e mal distribuída à população, gera um grande desconforto e implicações desfavoráveis aos trabalhadores/operários, visto que estes por não possuírem ou pela falta de incentivo ao acesso à educação de níveis mais superiores perdem, como consequência, um trabalho com salários elevados. A educação é de extrema importância, mas deve ser justa e acessível a toda sociedade. Marx continua sua citação apresentando três fatores que mantém uma educação completa em compensação facilita a participação do jovem no trabalho, considerando que este não se torne escravo do próprio desenvolvimento pessoal, sendo eles:

- a) Educação Mental;

- b) Educação Corporal, produzida pelos exercícios de ginásticas e militares,
- c) Educação tecnológica, profissionalizante.

Estes três fatores em harmonia possibilita uma ampliação do indivíduo na sociedade, no mercado de trabalho, e para si prospectando a liberdade da sua capacidade de criação, inovação e pensamento sistemático.

Hoje em dia os economistas preconizam a ideia de que a educação é base para o desenvolvimento; Pinho (1976) afirma que *"há existência de uma relação direta entre o enriquecimento das nações e seu capital humano ou entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora do seu povo"*. A educação também é apresentada como emprego eficaz dos recursos humanos, e como inversão de capital com rendimentos passíveis até de mensuração.

É muito comentada a questão do capital humano e capital social na economia da educação; isto porque ambas estão muito ligadas à educação, ou seja: a capacidade humana de desempenhar papéis em diversas áreas possíveis de estudo e o capital social com as instituições, relações e normas que configuram a qualidade e a quantidade dos intercâmbios sociais (Pires, 2005, pág. 87).

De acordo com Pires (2005), o conceito do capital humano pode ser observado pelas mãos pioneiras de Theodore W. Schultz, um dos principais contribuidores para a formação desta teoria. Schultz apud Pires (2005) descreve o capital humano como fonte de satisfações futuras do próprio indivíduo. A "fonte de satisfações" entende-se por rendimentos, lucros, prosperidades futuros. Ou seja, é um investimento que o indivíduo faz para si mesmo para que futuramente possa adquirir posses com este conhecimento que o nele detém. Schultz ainda afirma que *"o capital nunca se separa do humano, que o sirva na produção ou no consumo"*.

Continuando com Pires (2005), no século XX havia uma proposta bastante integrante por parte de políticas educacionais incentivando o capital humano tanto para desenvolvimento pessoal, como também, para melhorar a distribuição de renda, considerando que quanto mais se estuda ou quanto mais conhecimento se detém, melhor as condições de emprego e renda para o indivíduo.

De acordo com Pires (2005), o capital humano a partir da década de 90 atingiu o ápice na economia da educação, visto que a análise atual do mercado é que para se obter vantagem competitiva e comparativa entre mercados é necessária inovar mais e com maior qualidade; para se inovar mais e melhor, mais condições as empresas oferecem para adquirir capital humano com capacidade de criar, inovar com criatividade e como o próprio diz deixar de executar atividades que são rotineiras e operacionais.

No momento de aquecimento da economia capitalista atual, a demanda empresarial

por conhecimento e inovação tornou-se intensificada, exigindo assim que as indústrias de conhecimento tornassem inovadoras da mesma forma; ou seja, muitas universidades, cursos profissionalizantes, escolas, entre outros ampliaram seu leque de atuação possibilitando, a partir disto, maiores possibilidades de ofertas de conhecimentos para a população. O tradicionalismo da educação teve que renovar para adquirir novos capitais humanos.

Com o mercado de trabalho também aquecido, adultos trabalhadores precisaram de atualização de conhecimento, como consequência desta necessidade demandada pelas instituições. Hoje em dia, é fácil encontrar trabalhadores formados estudando com jovens em fase de formação. Pires (2005) afirma que *“por mais que uma relação universidade – empresa possa produzir resultados benéficos para o que as empresas esperam, dificilmente atenderão a um conjunto de requisitos que hoje aparecem associados ao capital humano”*.

Isto é, o indivíduo detém capital humano quando este detém: conhecimento, comportamento e também empenho para colocar toda a sua capacidade em prática e vestir a camisa da empresa, ou seja estar disposto e disponível para atender a demanda que o mercado necessita.

A partir do conceito, é perceptível identificar a existência de uma linha frágil e tênue que divide o conceito de capital humano para a sua positividade e negatividade. Positividade no sentido de que o ser humano procura o ensino para melhorar a sua própria capacidade de pensamento e interação com as diversas situações que o mesmo deverá atuar futuramente, com resolução de ações mais hipotéticas. Quanto à negatividade vista do conceito é a questão abordada por Blaug, no qual há possibilidade do capital humano se tornar escravista. Conforme Blaug (1975) o conceito de capital humano corresponde ao conceito de capital físico, que no caso, para ele, sugere uma economia escravista. Blaug deprecia o capital humano, quando o mesmo concentra seu pensamento para a economia escravista, como o próprio cita em seu livro, ocorre um panorama de mercado através do efeito demanda e oferta, ou seja, quanto mais capital humano se tem (oferta) o preço deste capital tende a diminuir. No decorrer da literatura do autor, o exemplo demonstrado desta tese refere-se ao trabalho do próprio escravo, como segue:

Considerando o valor do escravo, de sua mão de obra, é mais barata e consegue atuar de forma mais consistente que o maquinário, percebe-se que num processo licitatório, o proprietário tende a contratar mais escravos pela facilidade que este detém, além de ser muito mais lucrativo para o burguês (...). Neste ponto o número de escravos para de crescer e o estoque de escravos é mantido num nível constante pela contínua ameaça de intensificar-se a produção de escravos no momento em que isso se afigurar proveitoso. (BLAUG, 1975, pág. 9 a 11)

Não se pode ignorar o formato depreciativo do capital humano configurado por Blaug, apreciando que a educação envolve indivíduos e os mesmos possuem pensamentos e ações diferenciadas uns dos outros. E para uma instituição que a sua missão o lucro é primordial

pode sim influenciar para a geração de um capital humano escravista.

Independente do olhar que é dado ao capital humano, este é um elemento fundamental para o progresso econômico e para a geração de empregabilidade (emprego com valor agregado)² de um país.

Outro viés da economia da educação concentra seus esforços no capital social, conforme Putnam apud Pires (2005) entende que o indivíduo através da sua interação espontânea com as organizações sociais propõem a ideia do capital social. O capital humano tende a facilitar esta interface do ser humano com as demais organizações *“possibilitando uma cooperação mútua entre as normas e os sistemas que colaborem para elevar o grau de eficiência de uma sociedade”*. Desta forma, Pires acredita na existência de diversos tipos de capital social, apresentados no seguinte discurso:

Aquele tipo em que os indivíduos da mesma posição social têm laços de confiança e solidariedade, desenvolvendo ações de amparo e apoio mútuos, obtendo melhor desempenho na solução de problemas coletivos; outro tipo representado pelos elos entre indivíduos de grupos distintos, que apesar de diferentes pertencas sociais, compartilham um conjunto de valores, crenças, percepções e até objetivos; e por ultimo, um tipo de capital social que dá conta das relações de confiança estabelecidas entre os pobres e decisores formais, ocupantes de cargos governamentais e correlatos. (PIRES 2005, pág. 87).

A partir do exposto, sob a perspectiva da economia até então estudada, de acordo com Banco Mundial apud Pires (2005), as instituições de ensino são mais eficazes em suas atividades quando há um maior entrosamento dele juntamente com a sociedade local ou do entorno. Neste sentido, suscita uma relação de educação mais o capital social, pois sugere iniciativas e oportunidades relacionadas a políticas públicas voltadas ao âmbito educacional incentivando o comparecimento da sociedade nos espaços escolares.

Educar é um verbo de grande responsabilidade para quem o diz. Educar é abrangente e pode auferir diversas simbologias, pois entra tanto na questão ética e moral da sociedade, como também em instrução profissionalizante para a vida. O capital social e humano são elementos importantíssimos para definir as ações e complementar a economia da educação. A educação mais que tudo é uma forma que pode (se bem distribuída e organizada em suas políticas) o crescimento econômico e principalmente social de uma população.

Para finalizar este capítulo, de acordo com Loures (2012), muitas pessoas ainda questionam o porquê estudar. E é bastante interessante à concepção do autor no seguinte

² Conforme Pires (2005, pág.82), há necessidade que o indivíduo demonstre um emprego maior de seu capital intelectual nas instituições, pois a partir disso os empresários *“procuraram agregar valor na medida em que recebem valor como troca. O enfoque é de recursos humanos, com o diferencial de não mais admitir o conceito de emprego, substituindo-o pelo de empregabilidade”*.

questo: é importante estudar, pois é necessário formar novos empreendedores líderes com mais consciência e mais preparação para enfrentar situações, com o passar do tempo, mais desafiadoras tanto para empresa, como para o empresário, para o governo e a sociedade. Loures ainda afirma que é fundamental fomentar parcerias entre as variadas instituições de ensino e as demais instituições empresariais e sociedade para poder propiciar um ambiente de desenvolvimento sustentável.

2. TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Segundo Relatório de Instrução Pública de São Paulo de 1978 *apud* Pires (2005):

“Não há progresso social e nem reforma política que não seja dependente do grau de cultura moral e intelectual de um povo. (...) é a escola que prepara o cidadão; nela se forma o coração e o caráter e recebe instrução elementar que o adapta para as conquistas do mundo industrial e para os grandes cometimentos da inteligência”.

A educação é o meio de preparar o indivíduo para enfrentar desafios de hoje e planejá-los para o futuro. Desde o início das civilizações são propostos capacitações e treinamentos para guerras, para o trabalho, para o sacerdócio e até mesmo para situações de relacionamento entre as sociedades democráticas. A educação gera também grandes engajamentos para descobertas, de acordo com Pires (2005) *“o homem nasce para conhecer, descobrir, desvendar, explorar, explicar; e a educação é a contínua e sistemática ação que empreende quando dá vazão a sua natureza curiosa, laboriosa, negadora do desconhecido”.*

A educação também está no momento no qual o indivíduo transmite o seu conhecimento a outro que detém pouco menos conhecimento. E desta forma, outras e outras pessoas vão recebendo informações e tornando-se mais capazes para distinguir e opinar sobre assuntos variados. O indivíduo consciente de sua educação passa a se comunicar, comportar-se e interagir com os demais indivíduos demonstrando a sua capacidade cognitiva de entendimento e fala, sendo aceito na sociedade.

Segundo Pires (2005), a educação também possui o papel de desenvolvimento social, pois se estabeleceu como elemento chave para o enriquecimento da sociedade no seu conjunto, ou seja, a educação fomenta uma interação e integração social entre toda a sociedade. Por esta relação, percebe-se que a educação serve também como mola propulsora do desenvolvimento socioeconômico.

Falar de educação também se diz respeito de uma transformação social dos indivíduos, uma vez que o ensino básico é a porta de entrada na sociedade civil e principalmente tornou-se uma condição de sobrevivência no mundo globalizado; e o sujeito que educa se transforma

em indivíduos mais capacitados e melhores para influenciar positivamente outros indivíduos. É neste ensino, fundamentalmente, é necessário um maior investimento público haja vista que a base é imprescindível para uma formação formal superior com mais qualidade.

De acordo com Pires (2005), é fato que a educação está sempre voltada ao ser humano como contribuinte para a construção de ideais, seguimentos, novas perspectivas para a ascensão da humanidade.

Pode-se dizer que o desenvolvimento passa por muitas vezes como uma situação ideológica, porque faz empregar intenções sociais, econômicas e culturais que implicam também nas ordens políticas e organizacionais da sociedade. De acordo com Pinho (1975), o desenvolvimento econômico depende de três variáveis principais: capital, trabalho e o capital humano. O último fator mencionado desempenha um papel fundamental para a construção de um país mais desenvolvido.

Pinho cita Harbison focalizando no nível de desenvolvimento de um país o qual pode ser identificado através da quantidade e qualidade de professores, engenheiros, cientistas, arquitetos, agrônomos, médicos, etc. que este país detém. Ou seja, varia de acordo com o grau de instrução repassada para as pessoas. Com o capital humano fazendo parte do desenvolvimento garante que outros níveis de igualdade social sejam avaliados também e não apenas a questão capital e trabalho.

Em síntese pode-se dizer que desenvolvimento econômico de um país é o crescimento PIB (renda per capita, produtividade industrial, etc.)³, majorando a melhoria de qualidade de vida da sociedade deste, sem distinção das classes. Existem várias formas de diferenciar o crescimento econômico, sem entrar no mérito, dentre elas verifica-se que o desenvolvimento também é visto como uma forma de liberdade. Esta é estudada por Amartya Sen⁴ em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*.

De acordo com SEN (2010), o desenvolvimento ocorre através da libertação real dos indivíduos quanto as suas necessidades e/ou do que desfrutam para seu único consumo. A liberdade pode ser entendida como a permissão do uso de serviços educacionais e de saúde e dos direitos civis sem restringir ou condicionar o uso dos mesmos para a sociedade como um todo.

Continuando com SEN (2010), para o autor a existência da privação humana, trazida

³ Há uma grande diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Crescimento ocorre quando o país consegue elevar o seu PIB – Produto Interno Bruto, sem gerar desenvolvimento no sentido socioeconômico, satisfação e qualidade de vida da sociedade. Não basta crescer, tem que crescer e desenvolver.

⁴ Amartya Sen – Economista Indiano, criador do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – Em 1998, Sen foi laureado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel pelos seus contributos para a teoria da decisão social.

pelo governo, como por exemplo, a deficiência de alguns tipos de serviços de ordem pública: saúde, saneamento básico, infraestrutura inadequada, escassez de assistência social, etc., apresenta o porquê há uma falha e ausência da liberdade para a sociedade, o que impossibilita o desenvolvimento econômico do local.

A educação e ensino são temas bastante discutidos nas sociedades políticas e sociais. Estes temas são de grande importância, pois sua complexidade expressa tanto à capacidade de crescimento pessoal de um indivíduo como também representa a base do pilar para o desenvolvimento econômico e social de um país.

A educação, tecnologia e infraestrutura são as pilastras essenciais para a construção e o início do desenvolvimento de uma nação. Os três em conjunto com fatores como: emprego e renda, produtividade, saneamento básico, entre outras ações sociais necessárias para efetividade do progresso facilitam o crescimento financeiro, econômico e social como consequência de um bom planejamento público. Estas ações, alinhadas, permite surgir maiores oportunidades para fomentar uma nação potêcia e com capacidade de atender todas as demandas das sociedades.

Continuando com Pinho (1975), é de grande relevância que o desempenho da educação seja de forma bem sucedida. Os países desenvolvidos sempre buscam mais e mais aprimorar e investir em pesquisas e desenvolvimento tecnológico, desta forma o desenvolvimento econômico chega de forma mais rápida e efetiva atendendo toda a demanda do país e dos países próximos. Já os países emergentes, ainda possuem deficiências tecnológicas, desta forma, prejudica na concepção de um desenvolvimento mais digno. Estes países podem crescer economicamente (com mais recurso financeiro), considerando que existe capital e trabalho continue atuando para que isto ocorra.

Educação e desenvolvimento são palavras chaves para a sustentabilidade social e econômica de um país. É importante envolver novas tecnologias para o aperfeiçoamento da educação no Brasil e assim alcançar o crescimento e a igualdade para toda sociedade. O progresso ocorre também quando há um sentimento mútuo e comprometimento da sociedade civil para quebrar os paradigmas da educação e de forma eficiente e eficaz torna-la superior para desempenhar o seu papel constitutivo de realização do ser humano.

Desenvolvimento é, sobretudo, uma transformação no qual os indivíduos sentem-se em igualdade perante a sociedade. E através de um conjunto de fatores, pode-se conduzir o país a níveis maiores de potencialidade economia, social e cultural.

3. EDUCAÇÃO NO BRASIL

De acordo com Pires (2005) observa-se, em consenso nacional, uma preocupação

bastante avantajada pela educação no Brasil; esta inquietação ocorre entre os profissionais empresariais pertencentes às 03 esferas econômicas, bem como políticos, intelectuais da área e principalmente a sociedade civil comum, considerando que esta última em curto prazo são os que necessitam da educação básica com qualidade no país.

Plank apud Pires (2005) cita que *“o país está, na maioria das vezes, atuando na retaguarda de seus vizinhos e concorrentes econômicos em muitos dos índices de desenvolvimento educacional”*. E afirma que, *“muitos dos problemas hoje na educação brasileira dá-se pelo fato político do que por recursos técnicos ou financeiros”*. Plank acredita que há um apelo forte para as políticas educacionais, mas há inexistência de capacidade técnica para poder colocar em prática e fomentar a mudança do mercado educacional do Brasil.

O comentário realizado por Plank está centrado nos dias atuais do país no qual percebe a ausência fundamental no governo para atuar de forma concreta na educação básica da população. Este comentário pode ser até exagerado, mas inexistem políticas *eficientes* para melhorar o desempenho da educação. A área da educação, para os políticos, tem sido deixada como fonte de respaldar as decisões políticas. E, em períodos de intensas movimentações políticas no Brasil, percebe uma maior divulgação do capital humano para o desenvolvimento do país.

Mesmo em contextos políticos, houve sim, da década de 70 até os dias atuais, um aumento relativo de acessibilidade às escolas públicas, estaduais e particulares no Brasil. Esta oportunidade de acesso às instituições de ensino também está relacionado às melhores distribuições de renda no país. Pode-se entender melhor o desenvolvimento da educação no país através de indicadores cedidos pelo Ministério da Educação – MEC⁵.

O IDEB⁶, desenvolvido pelo ministério da educação, demonstra o nível das escolas públicas (municipal e estadual) e privadas de todo o Brasil. Através de uma prova lecionada nos últimos anos de cada ciclo, ou seja, na 5ª série e 9ª série do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep⁷ e em taxas de aprovação.

Nas figuras 01 e 02 abaixo são apresentados um resumo do IDEB por região do Brasil:

⁵ MEC – Ministério da Educação www.mec.gov.br

⁶ IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Desenvolvimento é principalmente uma transformação social. E através de um conjunto de fatores, pode-se conduzir o país a níveis maiores de potencialidade.

⁷ INEP - O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro.

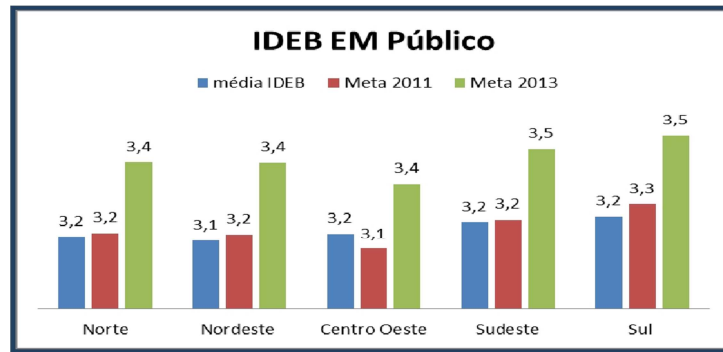


Figura 1 - Fonte MEC - IDEB - Média IDEB Ensino Médio Público

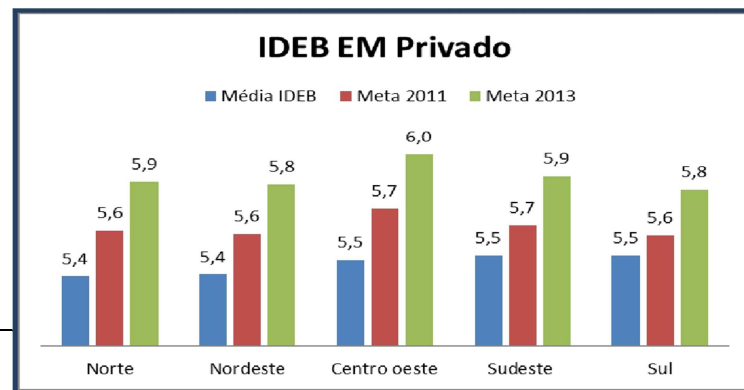


Figura 2 - Fonte MEC - IDEB - Média IDEB Ensino Médio Privado

Entende-se que as regiões: Sul e Nordeste foram ineficientes para o atingimento da meta estipulada pelo MEC em âmbito de escolas públicas do ensino médio. Com relação às escolas privadas, apesar de possuírem média superior às escolas públicas, nenhuma região conseguiu atingir a meta de 2011. O desempenho por região, em geral, deteve um mau resultado, considerando um país que ultimamente conseguiu um crescimento econômico significativo.

Observando a performance das escolas públicas e particulares por Estado, na última pesquisa realizada pelo MEC, verificou que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB teve um acréscimo em comparação aos outros anos, contudo este avanço foi muito baixo, principalmente na educação gerada pelo Ensino Médio (3ª série) no qual possibilita o aluno para uma formação superior.

Para melhor análise neste artigo serão apresentados os indicadores do Estado do Paraná e comparações com os estados que formam a região Sul do País. Na figura 03 encontra-se a quantidade de matrículas efetuadas no Estado do Paraná considerando escolas públicas e particulares. Em 2011, 87% da população estudantes no ensino básico médio encontram-se matriculados em escolas públicas nas esferas: Federal, Estadual e Municipal.

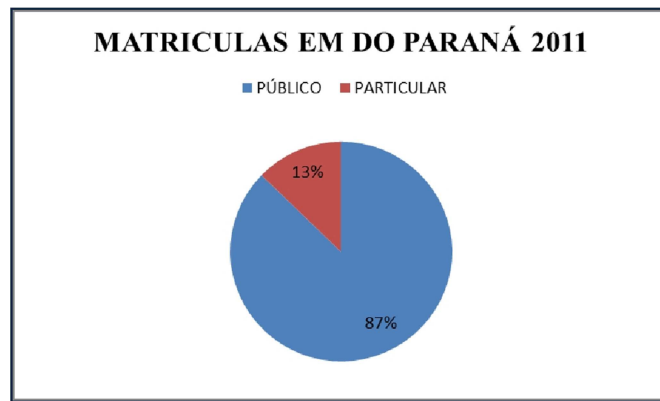


Figura 3- Fonte: IPARDES⁸ Matrículas EM do Paraná

Esta situação pode ser refletida como um desequilíbrio nas relações de igualdades sociais, econômicas e culturais de uma sociedade. No gráfico foram contabilizados as matrículas realizadas em 399 cidades que contemplam o Estado do Paraná.

A educação do ensino básico proposta no Brasil superou a sua meta, entretanto, percebe-se que o nível é considerado baixo para uma educação eficiente. As escolas particulares deteve maior percentual de aproveitamento do IDEB do que as escolas públicas, entretanto um percentual pouco significativo quanto ao rendimento desta ultima mencionada. De acordo com a G1, muitos estados, inclusive o Paraná desempenharam um retrocesso na educação do ensino médio. O índice está pior que 2009, ano da ultima pesquisa do IDEB. No quadro abaixo apresenta o resultado do Paraná na avaliação do IDEB. Percebe-se a queda com relação ao ensino no nível médio, bem como a estabilidade no ensino fundamental – 9º ano.

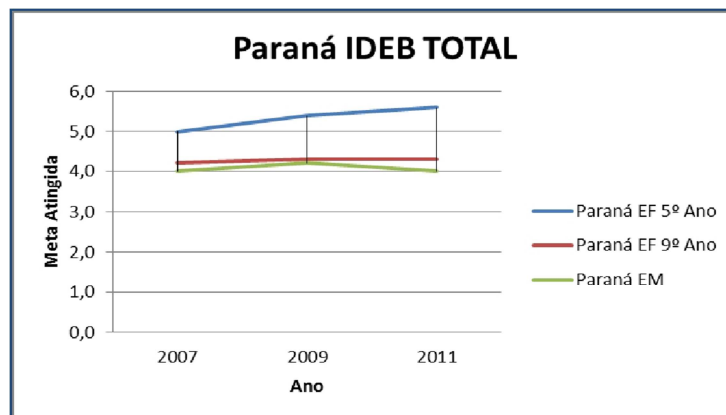


Figura 4- Fonte Ministério da Educação: IDEB - TOTAL Estado do Paraná

Segundo a reportagem executada pela Gazeta do Povo, a Superintendente SEED⁹, Meroujy Cavet, afirma que “a queda no ranking do IDEB se deve a problemas estruturais que as escolas públicas enfrentaram em 2011, como a infraestrutura precária e a rotatividade

⁸ IPARDES - O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

⁹ SEED – Secretaria de Educação do Estado do Paraná

de docentes”. A rotatividade de docentes afeta de forma efetiva no desempenho dos alunos, visto que gera uma descontinuidade do ensino, na forma de transferência de conhecimento. As situações dos colégios, principalmente público, em relação à infraestrutura, são precárias; à falta de investimento é perceptível tanto na estrutura das escolas como também na estrutura de trajeto para entrada e saída dos colégios, isto é, falta de transporte para buscar alunos que moram em regiões longínquas, também afetando negativamente na situação dos alunos e no seu próprio rendimento na escola.

Continuando com a reportagem elaborada pela G1, o ministro da educação Mercadante¹⁰ afirma que *“Melhorando a qualidade das aulas, estimulando o ensino técnico profissionalizante e avançando na escola tempo integral nós acreditamos que teremos resultados cada vez melhores para o ensino médio”* e também afirmou que *“o governo reconhece que as escolas particulares continuam tendo um ensino melhor do que as públicas”*, ou seja, o governo, mesmo investindo para o melhoramento da educação nas escolas públicas, ainda deixa a desejar. A política educacional que está sendo seguida é insuficiente para suportar a demanda da população brasileira no âmbito ensino/educação.

No gráfico abaixo, apresenta o resultado do Paraná no âmbito do ensino médio:

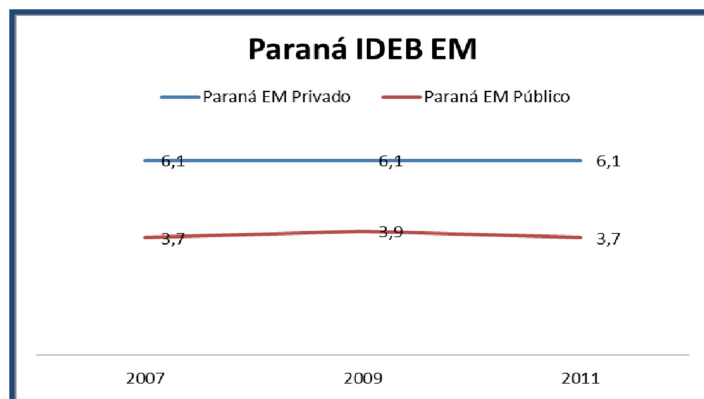


Figura 5 - Fonte Ministério da Educação: IDEB - Comparativo EM Público e Privado no Paraná

Percebe-se que o índice do ensino médio público é significativamente inferior ao ensino privado no Estado do Paraná. E, no ano de 2011, tanto para o ensino público como privado tiveram uma evolução nada prospera, ou seja, conforme o gráfico, o EM público caiu 0,2 de seu índice de 2009 enquanto o EM privado estagnou na marca de 6,1 sem avançar ou retroceder. A justificativa apresentada pela Superintendente da SEED ajuda a entender o porquê desta queda, mas precisa-se rapidamente de uma estratégia educacional para que o

¹⁰ Aloizio Mercadante – ministro da educação do Brasil - Foi um dos fundadores do PT e senador pelo estado de São Paulo. De 2011 a 2012 foi Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, e, em 2012 tornou-se Ministro da Educação.

desempenho do Estado melhora gradativamente.

Nas figuras 6 e 7, abaixo, mostra um comparativo entre Ensino Médio Público e Privado contidos na região Sul.

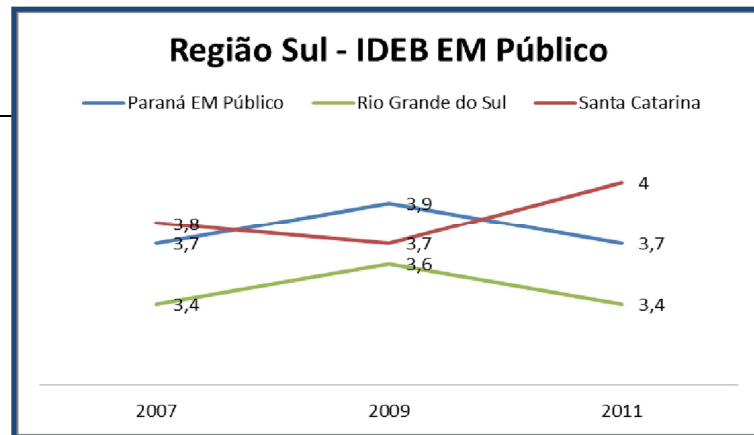


Figura 6 - Fonte IDEB - Ministério da Educação - Região Sul Comparativo EM Público

Na região Sul, identifica-se que o ensino nas escolas públicas tanto do Estado do Paraná como do Rio Grande do Sul decresceram nitidamente em relação ao ano de 2009, ambos na mesma proporção. O Estado de Santa Catarina teve um crescimento quantitativo bastante vistoso, considerando que em 2009 o estado passou por um retrocesso no ensino público, mas recuperou de forma positiva para o ano de 2011.

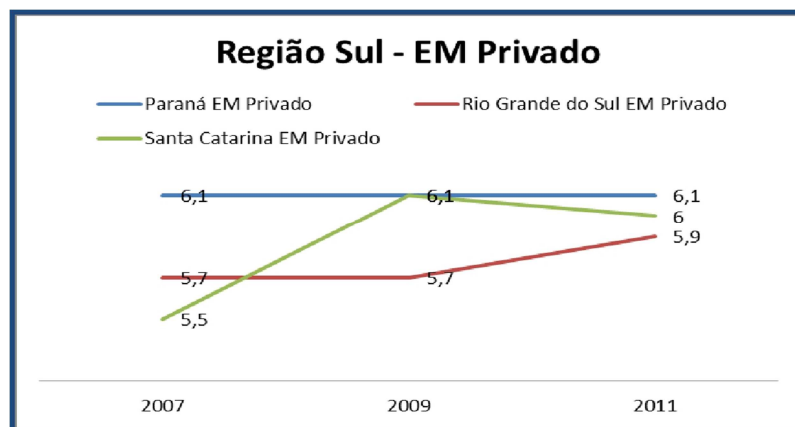


Figura 7 - Fonte IDEB - Ministério da Educação - Região Sul Comparativo EM Privado

Quanto à análise sobre as escolas de ensino médio de ordem privada, se fosse estimar um *rank* da região sul, percebe-se uma inversão dos papéis entre os estados. O Paraná estaria em primeiro lugar, considerando a sua estabilidade no ensino médio privado; em segundo, Santa Catarina, mesmo tendo uma pequena queda de seu índice no IDEB, e por último, tanto em nível público como privado aparece o estado do Rio Grande do Sul, sendo que no ensino privado o estado possui um maior aproveitamento elevando seu índice.

A precariedade da educação brasileira é a origem de todos os índices baixos

apresentados pelo IDEB, outro fator é a ineficácia dos governantes em ações fundamentalistas e obrigatórias da parte deles. As pontuações do IDEB do ensino básico brasileiro refletem, posteriormente, na formação destes jovens no decorrer do ensino. Hoje nos perguntamos, quão qualificados estes profissionais se tornarão no futuro? Atualmente, com a inovação tecnológica em alta, faz as indústrias/empresas requererem profissionais altamente qualificados para atender a demanda do mercado competitivo em âmbito nacional e internacional.

A educação profissionalizante, apesar de acessível como já dito anteriormente, está deixando a desejar no quesito qualidade. Muitos jovens e adultos estão retornando para as faculdades para poder se capacitar ainda mais para poder atender a demanda do mercado de capital humano, de forma infeliz, estes jovens retornam as empresas, despreparados para enfrentar os desafios, pois a educação não foi conforme esperado.

Por volta do ano de 2005, houve uma explosão de faculdades distribuindo cursos com maior facilidade de pagamento, deixando de lado a qualidade deste ensino. Muitos destes cursos de graduação foram interditados pelo MEC, pois quando avaliados demonstraram que sua credibilidade realmente foi imposta por baixas mensalidades. De acordo com pesquisa realizada por Burnier e Gonçalves (2012), a dificuldade de se encontrar mão de obra qualificada no Brasil é muito grande, visto o despreparo dos jovens para o mercado de trabalho, não há um alinhamento escola – trabalho para que haja no futuro condições para que este jovem possa atuar de forma efetiva e eficiente nos diversos setores da economia.

Continuando com os autores Burnier *et al* (2012), esta falta de alinhamento escola – trabalho permitiu que um se desenvolvesse mais que o outro, porém os dois são dependentes. Sem estudo não há trabalho, sem trabalho não há renda para investir em estudo.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho apud Burnier *et. al*, “*cerca de 90% dos novos empregos no Brasil com carteira assinada exige pelo menos o ensino médio completo, o antigo colegial. Só que quase metade dos trabalhadores não completou nem o ensino fundamental, da primeira à oitava série. E 16% enquadravam-se na condição de analfabetos funcionais, aqueles que, embora consigam ler, não são capazes de interpretar textos ou fazer as operações matemáticas mais simples*”.

A deficiência do sistema educacional do país proporciona um grande desconforto para toda a população e prejudica especialmente a própria indústria nacional, pois há uma ampla dificuldade de encontrar mão de obra qualificada e acessível para atender o crescimento produtivo do Brasil.

4. COLÉGIO SESI

Desenvolvimento ético, humano e profissional para todo o Paraná¹¹.

O SESI¹², criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI no dia 01/07/1946 tem por desígnio “estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento de espírito da solidariedade entre as classes”. Sua premissa principal está voltada a educação completa e de base como, por exemplo: a alfabetização do trabalhador e seus dependentes; educação de base; educação para economia, etc..

A partir do exposto, o Colégio SESI – Ensino Médio, iniciativa proposta pelo Serviço Social da Indústria (SESI), tem a finalidade de cooperar com o desenvolvimento social e humano por meio da oferta do Ensino Médio, aliando educação e tecnologia. Criado desde 2005, o colégio surgiu para atender à demanda de um novo mercado de trabalho que exige novas posturas e competências; uma perspectiva diferenciada sobre a crença nos valores do ser humano e a formação de profissionais de excelência, com riqueza de vida pessoal e consciência das exigências da vida profissional.

O Colégio SESI proporciona uma metodologia de ensino diferenciada aos alunos que visa o sucesso do aluno tanto na sua vida profissional como pessoal. Ou seja, as aulas são dadas através de Oficinas de Aprendizagem. Esta metodologia inovadora de ensino leva o aprendiz a ampliar suas relações pessoais e profissionais, ensinando-o a lidar e a atuar nas áreas interpessoal, intrapessoal e ambiental. Outra situação colocada pelo Colégio SESI é que o professor é um facilitador, orientador e mediador do processo de aprendizagem, e possui o principal papel de estimular em sala de aula a vivência de situações semelhantes àquelas que os alunos vão encontrar na vida real e no mercado de trabalho, através de desafios de aprendizagem construídos coletivamente pelos professores.

Os idealizadores do Colégio SESI acreditam que a transformação da sociedade consegue a partir da educação, por esta crença a principal intenção é de preparar os jovens para um grande futuro, com uma educação de qualidade, de visão holística e sistêmica, e uma formação humana completa, visando à integração dos jovens na sociedade.

¹¹ Colégio SESI Paraná – dados históricos disponíveis no site: www.sesipr.org.br/colegiosesi/

¹² Serviço Social da Indústria – www.sesipr.org.br.

— O ensino médio do Colégio SESI possui como premissa o desenvolvimento dos jovens e de sua capacidade de aprendizagem promovendo, desta forma, sua autonomia e oportunizando condições para disseminar e escolher de forma consciente e com responsabilidade. A oferta do ensino médio pelo SESI será desenvolvida para que o jovem faça suas futuras escolhas profissionais, entre:

- A possibilidade de profissionalização em nível técnico, concomitante, através de parceria com o SENAI;
- O ingresso ao ensino superior, através de Concursos Vestibulares, Processos Seletivos Seriadados e ENEM;
- A criação de projetos pessoais próprios, através de orientações profissionais e noções de empreendedorismo que permearão todo o desenvolvimento do currículo escolar.

Essa perspectiva de atuação possibilita que o SESI, mantenedor do Colégio SESI – Ensino Médio construa uma identidade própria, um diferencial social e de mercado a ser reconhecido nos mais diversos setores e âmbitos da comunidade, como uma escola que formará gerações e contribuirá para o desenvolvimento de líderes e empreendedores.

De acordo com Loures (2012), a educação é a principal ferramenta para a formação de novos líderes empreendimentos e até mesmo uma formação de consciências sustentáveis e mais igualitárias para possibilitar uma transformação social eficiente.

No decorrer dos 07 anos o Colégio SESI EM teve uma evolução constante bastante significativa. Conforme figura 06, abaixo apresentada, em 2005 o SESI detinha apenas 02 colégios e ao passar dos anos, novos investimentos em infraestrutura e docência foram feito para que haja melhores condições de ensino.

	7 Novos Colégios	11 Novos Colégios	1 Novo Colégio	1 Novo Colégio	19 Novos Colégios	3 Novos Colégios
	2 Colégios	9 Colégios	20 Colégios	21 Colégios	22 Colégios	41 Colégios
						44 Colégios
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
83 Alunos	492 Alunos	1.542 Alunos	2.039 Alunos	3.804 Alunos	5.911 Alunos	11.000 Alunos

Figura 8 - Fonte Dados Colégio SESI EM - Evolução histórica do Colégio SESI

Outro objetivo do SESI Paraná refere-se à inserção da metade da parcela vinculada à

educação à gratuidade, ou seja, o valor recebido para ações do SESI para a educação, metade deste deve ser transferido para a questão de gratuidade. Então, de acordo com dados de 2011, o Colégio SESI – Ensino Médio possuía 44 colégios em 40 cidades do Estado atingindo a quantidade de 11 mil alunos; destes 11 mil, 78% possuem acesso à educação através de bolsas integrais tanto na educação articulada (educação básica e profissionalizante) e educação básica.

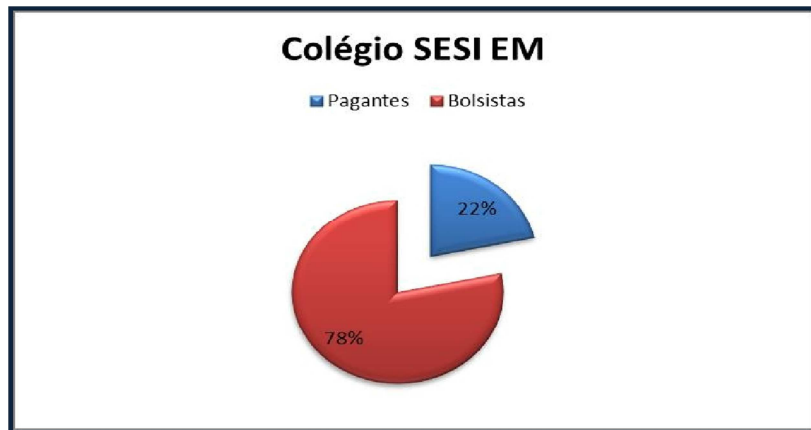


Figura 9 - Fonte Dados Colégio SESI - Quantidade de Bolsistas x Pagantes

Isto se deve, pois o SESI é bem intencionado em oportunizar a educação para a comunidade industrial e a sociedade em seu entorno, possibilitando assim a melhoria contínua da qualidade de vida da população e como consequência também a evolução da produtividade industrial do Paraná. Como já dito, além da educação básica, o SESI e o SENAI¹³ promovem em parceria ações educacionais articuladas, desta forma o aluno aprende educação básica necessária e garante uma qualificação profissional para o seu futuro. Os cursos propostos pelo SENAI estão voltados às demandas industriais. Esta formação integral credita melhores condições na vida social e produtiva do aluno, atendendo, desta maneira, os requisitos impostos pelos empregadores e comunidade em geral. A educação integral contribui significativamente para formação de um cidadão dotado de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Na figura 07, fica claro que mais da metade dos alunos matriculados do Colégio SESI EM participam da formação integral proporcionada pelo SESI/SENAI Paraná. Desta maneira, subintende-se que aproximadamente 8mil indivíduos terão possibilidade de ingressar no mercado de trabalho com competência diferenciada, inovadora e qualificada para atuar nas grandes empresas industriais.

¹³ Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial - <http://www.pr.senai.br/>

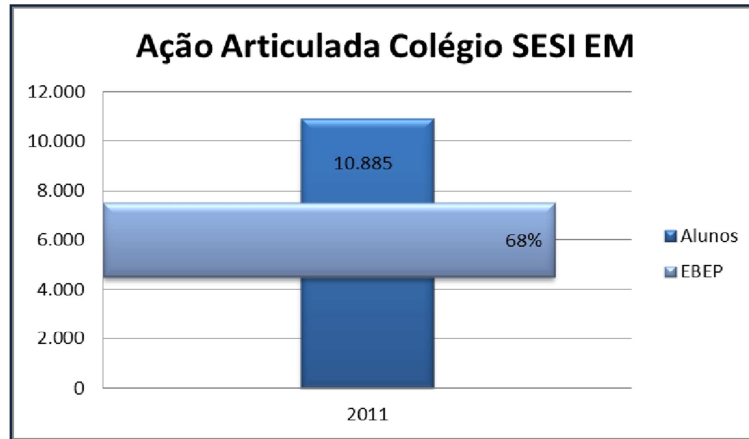


Figura 10 - Fonte Dados Colégio SESI - Ação Articulada Colégio SESI EM 2011

As instituições SESI e SENAI acreditam que a educação é a principal ferramenta para a transformação social, e desta forma, em parceria, possibilitarão o desenvolvimento de novos e futuros empreendedores, cientistas e tecnólogos, ofertando conhecimento para ações de progresso de uma nação. Com a intenção de propagação da metodologia, o Colégio SESI Ensino Médio, sua equipe formadora, manualizou o seu principal diferencial do colégio, ou seja, a sua metodologia que inovou a forma de ensino do Ensino Médio particular no Estado do Paraná.

5. CONCLUSÃO

As expectativas geradas sobre um indivíduo e o próprio desenvolvimento de uma nação incidem, obrigatoriamente, sobre a educação. Neste caso, é possível citar como exemplo, os países desenvolvidos, pois o investimento e o incentivo a educação corroboram a afirmação mencionada. As iniciativas propostas por estes países, possibilitando que a educação seja de forma equalizadora a toda população, foi bem sucedida, pois se percebe a modificação gerada a realidade de regiões e comunidades.

Atualmente o Brasil passa por um ritmo de crescimento, reduzido, porém constante, percebe-se que as principais ameaças à manutenção deste crescimento sustentável, à parte as mazelas da área econômica, situam-se nos gargalos de infraestrutura e na dificuldade de se encontrar mão de obra capaz e formada para sustentar o crescimento. Percebe-se também através do IDEB que a educação pública é ineficiente, embora os índices apresentados pelo MEC com os resultados de 2011 elevaram-se, ela por si só, possuiu um desempenho fraco em relação ao esperado. É evidente que, após esta análise, é imprescindível que haja uma ação positiva e eficaz provindo do governo para qualificar as escolas/docência/infraestrutura e oferecer o ensino básico a população.

Como já explanado, o estudo ofereceu uma visão comparativa entre os estados da região sul do Brasil, e entende-se, mesmo sendo uma região relativamente com mais estruturas para a educação e mais desenvolvida com relação às regiões Norte e Nordeste, a evolução das escolas públicas e privadas foi inferior ao esperado. A teoria da Economia da Educação apresentada esclarece que apesar da ideologia existente sobre o tema educação, compreende-se a necessidade de aporte governamental em planejamento estratégico eficiente para se gerar capital humano e capital social para prognosticar uma transformação social no país.

Conclui-se ainda que as empresas/indústrias precisam de mão de obra especializada e criativa para poder aumentar as suas chances em um mercado competitivo e, como consequência angariar uma elevação na produtividade. O desafio se caracteriza através da busca de criação de iniciativas que consigam maximizar o alcance das ações de formação e desenvolvimento, não só nos bancos de escolas e nos programas de formação educacional básica, mas também e principalmente, no âmbito da formação profissional.

É de entendimento comum que a quantidade e qualidade de recursos humanos para atendimento da demanda inovadora e produtividade, independente de setor, é o principal desafio para o crescimento econômico do país. Diante disso, o SESI, em parceria com o

SENAI, apresenta o Colégio SESI Ensino Médio como alternativa educacional para colaborar ativamente neste momento da indústria nacional, através de uma metodologia diferenciada e que propõem um ensino articulado, ou seja, educação básica e profissionalizante vinculadas para poder atender a necessidade existente no Brasil.

A educação básica é o pilar de mudança da sociedade. Com habilidades, consciência e comportamento adequados, conclui-se que o SESI contribui com força de trabalho de qualidade para as indústrias, estimulando, assim o desenvolvimento industrial do Estado e país. Disseminando esta cultura educacional e iniciativas inovadoras para a formação base, é possível extrair da “ideologia da educação” resultados reais para o melhor desempenho da educação no País. Em 2011 foram 10mil alunos, em futuro próximo pretende-se atingir com educação articulada mais indivíduos para uma formação completa e expressiva para assim provocar uma transformação positiva e igualitária da sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAUG, M – **Introdução à economia da educação** – Editora Globo – Ano 1975 – Porto Alegre/RS.
- BURNIER, J. R; GONÇALVES, M. A. – **Dificuldade de encontrar mão de obra qualificada afeta a economia brasileira** – disponível na data de 15/08/2012 no site: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/universidades-baixam-nivel-de-ensino-e-geram-candidatos-despreparados.html>. - Acessado as 21h00.
- CARVALHO, C. H. A – **A política pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?** – Universidade Estadual de Campinas – Ano 2011 - Campinas/SP
- CNI - **Regulamento do Serviço Social da Indústria** – Atualizado pelo decreto nº6637 de 05/11/2008 – Ano 2009 - Brasília-DF
- FILHO, O. B – **Economia da Educação, planejamento e explosão demográfica** - Livraria Pioneira Editora – Ano 1975 – São Paulo/SP.
- GLOBO Notícias - **País supera metas do Ideb no ensino fundamental e iguala no médio** – Disponível no dia 15/08/2012 no site: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/ensino-fundamental-melhora-no-pais-mas-medio-nao-avanca-aponta-ideb.html>
- INEP – **Portal do INEP** – Disponível no site: <http://portal.inep.gov.br/web/acesso-a-informacao/>
- Jornal GAZETA do POVO – **Ensino Médio freia a evolução do IDEB no Estado** – Disponível dia 15/08/2012 no site: <http://www.gazetadopovo.com.br/ensino/conteudo.phtml?id=1286675&tit=Ensino-medio-freia-evolucao-do-Idib> – acessado as 20h40
- LOURES, R. C. R. – **Sustentabilidade Revisitada – O que queremos sustentar?** – Editora Posigraf – Ano 2012 – Curitiba/PR
- MEC – **IDEB: Resultados entre escolas** – disponível na data de 15/08/2012, no site: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=7616>
- MEC – **Introdução sobre IDEB e o conceito deste para a sociedade brasileira**- disponível na data de 15/08/2012 no site: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336 – acessado as 20h00
- PINHO, C. M – **Economia da Educação e desenvolvimento econômico** – Livraria Pioneira Editora – Ano 1976 – São Paulo/SP.
- PIRES, V – **Economia da Educação – Para além do capital humano** – Editora Cortez – Ano 2005 – São Paulo/SP.
- Secretaria da Educação Básica MEC – **Ensino Médio Inovador** – Ano 2009 – Brasília/DF
- SEM, A. – **Desenvolvimento como Liberdade** - Editora Companhia de Bolso – Ano 2010 - São Paulo/SP.
- SESI/DN e SENAI/DN– **Referenciais normativos, pedagógicos, operacionais e financeiros nacionais para a articulação da educação básica do SESI com a educação profissional do SENAI** – Ano 2006 - Brasília-DF
- SESI/PR – **Manualização Colégio SESI Ensino Médio** – Editora SESI/PR – Ano 2011 – Curitiba/PR
- SHEEHAN, J. – **A economia da educação** – Zahar Editores – Ano 1975 – Rio de Janeiro/RJ.